



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會工作局
Instituto de Acção Social

(Tradução)

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Lam Lon Wai

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e no seguimento do pedido de pareceres feito ao Gabinete do Secretário para a Segurança, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Deputado Lam Lon Wai, de 5 de Dezembro de 2025, enviada a coberto do ofício n.º 156/E118/VIII/GPAL/2025 da Assembleia Legislativa de 11 de Dezembro de 2025 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 11 de Dezembro de 2025:

A Lei n.º 2/2007 relativa ao Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores (doravante designado por Regime Tutelar Educativo) que tem como finalidade a educação dos jovens para o respeito pelo direito e pelas regras mínimas de convivência social, inserindo os jovens de forma digna e responsável na vida em comunidade, entrou em vigor em Outubro de 2007. No âmbito do Regime Tutelar Educativo, existem 8 medidas de intervenção, não jurisdicional e jurisdicional, das quais somente a advertência policial de natureza não jurisdicional é feita pela autoridade policial competente, sendo as restantes de natureza jurisdicional, nomeadamente a admoestação judicial, a reconciliação com o ofendido, a imposição de regras de conduta, o serviço a favor da comunidade, o acompanhamento educativo, a colocação em unidade de residência temporária e o internamento, feitas pelo juiz, pelo Instituto de Acção Social (IAS) e/ou pelo Instituto de Menores (IM) da Direcção dos Serviços Correccionais (DSC) nos termos do disposto do regime em questão e das competências das respectivas autoridades. As autoridades envolvidas nos processos de medidas tutelares educativas providenciam acompanhamento a jovens infractores de forma escalonada, tendo em conta a gravidade das ocorrências. Devido às diferenças existentes no que diz respeito à natureza de todas as medidas tutelares educativas e ao prazo limite para a



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會工作局
Instituto de Acção Social

(Tradução)

sua execução e acompanhamento, é concedida uma certa flexibilidade na sua aplicação e substituição, de modo a terem um impacto positivo na vida dos jovens acompanhados.

A colocação em unidade de residência temporária é uma das medidas tutelares educativas, cujo cumprimento é supervisionado pelo IAS e visando criar um efeito dissuasor no comportamento dos jovens infractores e permitir ao juiz tomar uma decisão mais adequada sobre as infracções num curto prazo. Neste sentido, o tempo de institucionalização pode variar entre um mês e um ano. Caso a medida seja eficaz, o juiz pode encerrar o respectivo processo no prazo de três ou seis meses, ou aplicar outras medidas tutelares educativas como alternativas, por exemplo, a imposição de regras de conduta ou o acompanhamento educativo. Caso contrário, o juiz pode considerar a aplicação de medidas mais rigorosas, designadamente um serviço de internamento de 1 a 5 anos, disponibilizado pelo IM. Durante o período de internamento, o IM elabora e envia ao juiz, de 6 em 6 meses, um relatório social sobre a evolução dos jovens. Com base nas circunstâncias dos jovens, se considerar que este ainda não se pode inserir, de forma responsável, na vida em comunidade e que existem fundamentos para prever a possibilidade da prática, de novo, de factos qualificados pela lei como crime, face às necessidades educativas dos jovens, o juiz pode prorrogar a medida de internamento por um período máximo de 3 anos, o que significa que a duração máxima da medida de internamento é de 8 anos.

A prorrogação da duração de internamento pode levar a problemas de institucionalização, ou seja, provocar impacto negativo na ligação dos jovens infractores com a família de origem e a sociedade, e não favorecer a sua reintegração social quando passam longos períodos de tempo no IM, mesmo que a família os visite regularmente durante a institucionalização.

De acordo com os dados do IAS, entre 2022 e 2024, a taxa de



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會工作局
Instituto de Acção Social

(Tradução)

substituição de colocação em unidade de residência temporária por outras medidas mais rigorosas foi de 9,7%. Por outro lado, com base nos dados relativos à reincidência na prática de infracções ou de crimes por parte dos jovens infractores durante dois anos após o fim do prazo de aplicação das medidas, cujo cumprimento é supervisionado pelo IAS, a taxa de reincidência nos últimos três anos manteve-se apenas entre 3% e 5%. Os dados estatísticos do IM revelam que a taxa de reincidência dos jovens internados de 2018 a 2022, que deixaram a instituição, foi de zero. Isso mostra que as medidas tutelares educativas são eficazes para a correcção dos comportamentos desviantes dos jovens infractores. No futuro, o Governo da RAEM manter-se-á atento ao ponto de situação da execução do Regime Tutelar Educativo e continuará a ouvir as opiniões de todos os sectores da sociedade. Neste momento, não há propostas de alteração ao regime em questão.

É de referir que o IAS tem vindo a dedicar atenção e apoio às famílias dos jovens envolvidos na intervenção jurisdicional, através da realização de diversos programas de apoio. Em 2021, cooperou com as organizações não-governamentais no lançamento de um programa de apoio denominado “Carinhos e Amor da Família”, o qual visa proporcionar apoio emocional, aconselhamento familiar e serviços de educação parental às famílias dos referidos jovens, bem como auxiliar os encarregados de educação participantes a reduzir a sua carga psicológica, a aliviar o ambiente familiar e a recuperar uma vida familiar saudável. Em 2026, o IAS irá desenvolver os serviços em questão e lançar um novo programa de apoio aos mesmos destinatários, denominado “Parentalidade Eficaz”, com o qual se pretende aprofundar o apoio à educação parental e reforçar a educação e a sensibilização jurídica, para além da prestação dos serviços já existentes, no sentido de melhorar o apoio familiar e comunitário aos jovens infractores, de forma insistente. O IM continua a manter a sua colaboração com a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會工作局
Instituto de Acção Social

(Tradução)

Juventude e o IAS, oferecendo o “Programa de Apoio à Educação” e o “Programa de Apoio ao Emprego” aos jovens internados que estão prestes a sair da instituição, com o objectivo de lhes proporcionar aconselhamento para prossecução dos estudos ou emprego, vagas escolares e colocação de alunos ou procura de emprego. O IM fornece também serviços de encaminhamento para aconselhamento pós-libertação, garantindo que os jovens sejam devidamente encaminhados para o Departamento de Reinserção Social do IAS para acompanhamento pós-libertação. Com tudo isto, busca-se ajudar os jovens internados a prepararem-se para a saída, reintegrarem-se no ambiente escolar e na sociedade, reduzindo assim o risco de reincidência.

Para terminar, o Governo da RAEM agradece ao Sr. Deputado Lam Lon Wai pela sua atenção e sugestões dadas ao assunto em causa.

Aos 29 de Dezembro de 2025.

O Presidente do IAS, substituto

Tang Yuk Wa